

ROMPENDO AS BARREIRAS DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA NO RECIFE

Autor: Ystefhani Cibely Marina de Oliveira Barbalho ¹; Co-autor: Thalita Desirré Lemos ²;

Universidade Federal de Pernambuco, ystefhanibarbalho09@gmail.com

Resumo: A inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas no ensino regular ainda é um desafio para o sistema educacional brasileiro. Apesar de ser um direito garantido, barreiras e impedimentos de diferentes gêneros ainda estão presentes nas escolas. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou refletir sobre a possibilidade de romper com as barreiras que impedem que a Educação Inclusiva de fato aconteça, em uma escola localizada na cidade do Recife. Salienta-se que a escola escolhida é referência em educação inclusiva no município. Para isso, buscou-se especificamente conhecer como a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas acontece; compreender as práticas dos profissionais que atuam na escola em relação a Educação Inclusiva; identificar qual o discurso dos profissionais da instituição sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular. A pesquisa foi qualitativa, onde foi realizado um estudo de caso. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a observação, a entrevista e a análise documental. Os resultados mostram que existe uma tentativa da escola em tornar-se de fato inclusiva, mas que ainda existem algumas barreiras que precisam ser superadas, para que de fato isso aconteça. Conclui-se sugerindo práticas educativas e na organização escolar que podem auxiliar na eliminação das barreiras existentes.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Inclusiva, Barreiras, Escola.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na escola ainda é um grande desafio. A educação inclusiva, paradigma que surgiu na década de 90, defende o direito da pessoa com deficiência ao acesso e permanência no ensino regular, de forma a garantir sua aprendizagem de forma plena, mediante os recursos necessários, respeitando suas limitações, assegurar-lhe tratamento igual aos demais, livre de todo e qualquer tipo de preconceitos ou barreiras, assim como, garantir avaliação compatível com os aspectos específicos de aprendizagem. Entretanto, na atualidade ainda é possível perceber a dificuldade das escolas e dos profissionais que a constituem em concretizar de fato a educação inclusiva nestes espaços educativos.

O presente trabalho tem como finalidade relatar os resultados de uma pesquisa realizada em maio e junho de 2017, que buscou refletir sobre a seguinte problemática: Como é possível romper as barreiras da inclusão no ambiente escolar, na escola observada. Esta pesquisa visou incluir práticas que atuem na efetivação da inclusão de pessoas com deficiência de forma plena na escola em que as pesquisadoras estavam em processo de estágio, no momento de sua elaboração.

A pesquisa teve como objetivo geral: Refletir sobre como é possível romper as barreiras que impedem que a educação inclusiva de fato aconteça na escola pesquisada. Busca

especificamente, conhecer como a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas acontece; compreender as práticas dos profissionais que atuam na escola sobre Educação Inclusiva; identificar qual o discurso dos profissionais da instituição sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular. Por fim, concluiu-se pontuando algumas sugestões de atitudes que podem ser tomadas para o rompimento das barreiras percebidas, tornando a escola de fato inclusiva.

Justifica-se o estudo, por este ser relevante não somente para as pesquisadoras, como também para outros estudantes e profissionais da educação, visto que, é preciso estar ciente dos direitos das pessoas com deficiência, mas que de nada será útil tais conhecimentos apenas de forma teórica, caso não haja sempre uma avaliação dos discursos em relação às práticas aplicadas, e o interesse de educar a todos para uma educação inclusiva de fato.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na escola municipal Engenho do Meio, localizada no bairro do Engenho do Meio, na cidade do Recife, sendo esta escola referência em Educação Inclusiva, referenciada pela Secretaria de Educação do município.

A pesquisa foi qualitativa de caráter descritivo, pois esta pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Foi realizado um estudo de caso, e para a coleta dos dados foram utilizadas as técnicas de pesquisa: observação, entrevista e a análise documental. Foi observada a prática profissional e pedagógica de uma professora da sala de ensino regular e de um professor da sala de AEE junto as crianças com NEE, realizando registros no diário de campo.

Foram entrevistadas: 1 Professora AEE, 1 professora da sala de aula regular, 1 Estagiário. Foi realizada também uma conversa com a gestora, sobre a história e a administração da escola. A análise de documentos ocorreu no sentido de conhecer os objetivos e a constituição da escola, a partir do seu Projeto Político Pedagógico.

A escola escolhida tinha no momento da realização da pesquisa 133 alunos com diferentes deficiências, em sua maioria TEA (transtorno do espectro autismo). Desses alunos, 69 com diagnóstico e outros 64 em avaliação, a espera de um laudo médico. A escola tem 40 professores, desses 3 tem formação especializada em educação especial, e fazem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas duas salas de recursos multifuncionais que a escola possui. A escola conta ainda com 32 estagiários para atuarem como apoio pedagógico dos alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva propõe que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, cultural ou de desenvolvimento estudem em classes regulares. Isso requer que as escolas, passem por mudanças de caráter estrutural e cultural, para que os alunos que possuem algum tipo de Necessidade Educacional Específica (NEE) não só tenham acesso à escola, mas construam os conhecimentos propostos pelos documentos curriculares de ensino, junto aos demais alunos e participem de todas as atividades de cunho pedagógico.

O documento do Ministério da Educação, que trata sobre a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008, p. 01), afirma que esta perspectiva de educação:

constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para que esta se concretize, entre outras coisas, a escola terá que estabelecer a flexibilização do currículo, garantir a acessibilidade de locomoção e comunicação nas suas dependências, e o desenvolvimento de metodologias práticas pedagógicas que atendam a todos. Por isso estes precisam de diferentes formas pedagógicas e/ou suportes educacionais, bem com tempos diferenciados. Para Glant, Pletsch e Fontes (2007, p. 344), para uma escola torna-se inclusiva, ela precisa:

formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

A proposta para a educação voltada para a Inclusão, substitui modelos paralelos de ensino ofertados para alunos com deficiência e NEE, onde estes estudavam em classes separadas dos ditos como “normais”, ou em outras escolas só para alunos atípicos. Esse ensino que acontecia de forma segregada, caracteriza a Educação Especial. A partir da década de 70, a educação das pessoas com deficiência passou a ser uma preocupação do sistema educacional público, deixando de ser vista como um modelo clínico, para ser educacional, recebendo maior atenção no planejamento das políticas públicas de educação, ganha um setor no Ministério da Educação, e foram implementados projetos para a formação de recursos humanos especializados, com novas metodologias e técnicas de ensino.

A partir do processo de redemocratização do país, surge um novo paradigma

educacional, intitulado *Integração*. Esta propunha uma preparação prévia dos alunos com NEE em classes e escolas especiais, para posteriormente estes ingressarem nas salas regulares, onde receberiam, caso houvesse necessidade, atendimento paralelo em salas de recurso ou espaços especializados. Este modelo sofreu diversas críticas, por manter o problema centrado no aluno e não na escola, a desresponsabilizando.

Na década de 90, como citado anteriormente, todas essas práticas começam a ser questionadas, e daí surge então a Educação inclusiva. Esta não propõe a extinção da Educação Especial, mas a ressignificação do seu papel, para que seu conjunto de saberes, estratégias, metodologias e recursos, não mais sejam utilizados de forma segregada, mas como um conjunto de conhecimentos que a escola deve utilizar para o ensino e aprendizagem de alunos com NEE. Isto enfatiza a importância do professor especializado nas escolas comuns, e que este trabalhe em conjunto com os professores das classes regulares, de forma colaborativa, um complementando e auxiliando o trabalho do outro, para que a inclusão desses alunos de fato aconteça. Também se torna necessário que os professores de classes regulares se capacitem e se atualizem, para compreender melhor as diferentes deficiências, as limitações e possibilidades de cada uma, e que compreenda e também as outras dificuldades de aprendizagem existentes. Como afirmam Nunes e Madureira (2015, p. 128): “Preconiza-se uma escola e uma pedagogia centrada no aluno, tornando-se assim imprescindível a implementação de processos de formação inicial e contínua de professores que assegurem o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas.”

Durante a realização da entrevista quando questionados se achavam a escola de fato inclusiva todos, com exceção da Professora de AEE e gestora, acreditam que trabalham em uma escola totalmente inclusiva e orgulham-se disso. Todos afirmam que trabalham na escola denominada como “a mais inclusiva do Recife”, e acreditam que esse rótulo se dá por estarem de fato fazendo a inclusão acontecer. Questionados sobre uma possível autoanálise de seu comportamento e conhecimento em relação a inclusão das crianças com deficiência, o estagiário que acredita que sim, que tem um comportamento completamente inclusivo, pois acredita que a inclusão é manter os alunos com deficiência no mesmo ambiente que os alunos típicos. Nota-se na fala do estagiário uma confusão que costuma acontecer, de que o fato da criança com deficiência ser matriculada e frequentar a escola, já tornaria a escola inclusiva.

A professora da sala regular afirma ter consciência que a educação inclusiva exige um grande empenho do professor, mas que acredita que suas práticas são inclusivas, pelo menos dentro do conhecimento que tem do assunto; coloca ainda que eles precisam estar inseridos na sala de aula de fato, e não pelos corredores da escola, e precisam fazer algumas atividades

durante o tempo que passam ali, mas confessa ter um pouco de dificuldade na seleção das mesmas. A Professora AEE e a gestora reconhecem que apesar de muitos esforços para receber todos os alunos encaminhados, a escola ainda caminha para se tornar uma escola de fato inclusiva, pois para elas a educação inclusiva é trabalhar de forma não una, mas equilibrada proporcionando para os alunos direitos e oportunidades iguais.

Quando todos entrevistados foram questionados se acreditavam que as pessoas com deficiência deveriam de fato estarem no ensino regular, ou em uma escola ou classe especial, percebeu-se que apesar de todos confirmarem que a escola regular é local correto e justo para os alunos com deficiência, notou-se um imenso desconforto por parte da professora e do estagiário, pois não sabem ainda como realizar este trabalho, e por esse motivo encontram-se sobrecarregados, além de serem cobrados pelos pais das crianças típicas que acreditam que os alunos com deficiência atrapalham o caminhar das aulas, prejudicando seus filhos. A professora de AEE e gestora disseram que não só tem certeza que a escola e ensino regular é um direito que deve ser garantido, como lutam para que isso aconteça de fato, e que apesar de se orgulhar por terem o título de escola mais inclusiva do Recife, sabem que essa é uma parcela mínima da inclusão que deveria existir em todas as escolas da rede municipal de ensino bem como em todos os locais de ensino.

É preciso estar consciente, ainda, que a efetividade da inclusão somente ocorrerá de forma plena a partir do rompimento de barreiras, que anulam a pessoa com deficiência sua acessibilidade e liberdade. Sasaki (2009, p. 1- 2) descreve seis dimensões de acessibilidade:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Todas essas dimensões têm como intuito garantir qualidade de vida e liberdade de locomoção a todas as pessoas com deficiência ou não, garantindo-lhes equidade de direitos. Ao que tange ao ambiente escolar e a inclusão de pessoas com deficiência, tais dimensões devem estar todas asseguradas, pois, caso qualquer uma delas não seja colocada em prática, seja por um ou por todos os membros da escola, estará por comprometer todo processo de equidade e garantia de direitos.

No que diz respeito a dimensão arquitetônica, a escola deve garantir um prédio que seja totalmente acessível a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que tenha mobílias, equipamentos, iluminação, áreas de circulação, banheiros, salas de aula e

demais recintos que respeitem as condições de acesso a todos presentes, estando a escola responsável por garantir todos os ajustes e recursos necessários sempre que preciso. Sasaki (2009, p. 3. *Apud* Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art.24) ressalta:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

A escola pesquisada passou por reformas recentemente para adequar-se totalmente aos parâmetros da lei de acessibilidade que diz que: “construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000, p.3). Por isso não possui barreiras arquitetônicas, possui banheiro, salas de aula, refeitório, jardim, biblioteca, espaços de convivência completamente acessíveis.

A Dimensão comunicacional orienta o direito a comunicação, ou seja, cabe a escola garantir para os alunos surdos que haja interpretes ter da língua brasileira de sinais, assegurando que o mesmo consiga ter acesso pleno a todo conteúdo programático estabelecido pelo currículo vigente para série que ocupa. O mesmo se aplica aos alunos cegos e baixa visão, é necessário que tenham acesso ao ensino do braile e sorobã, além de materiais de leitura com letras aumentadas e em braile e recursos ópticos. Vale ressaltar a importância de materiais tecnológicos que tenham programas que se adequem a todos, atendendo suas especificidades. O uso de tais materiais devem ser úteis e estarem adaptados também para seu uso por alunos com restrições motoras, como o uso das mãos por exemplo. Além de garantir recursos de aprendizagem para todas as pessoas que tenham qualquer tipo de dificuldade na aprendizagem (SASSAKI, 2009).

A escola observada possui uma professora interprete de libras e possui diversos recursos de tecnologia assistiva para alunos cegos, bem como para alunos com as demais deficiências. Porém está sem intérprete de braile no momento.

A dimensão metodológica no campo da educação tem como perspectiva segundo Sasaki (2009, p.4):

Ensino e aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. Todos os integrantes da comunidade escolar devem ser informados e capacitados a respeito da Teoria das Inteligências Múltiplas a fim de que a sua aplicação se torne uma prática comum em toda a escola. Professores e alunos têm, no uso das inteligências múltiplas, o fator *sine qua non* do sucesso do ensino e da aprendizagem. Em todas as aulas e nas atividades extraclasse, os alunos estarão valendo-se da

combinação única de suas oito inteligências para aprender, realizar trabalhos, interagir socialmente etc. Os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas para si mesmos e para os alunos e familiares. Os funcionários administrativos da escola se beneficiarão muito com o conhecimento da teoria das inteligências múltiplas e passarão a melhor compreender os comportamentos dos alunos, resultando em um melhor relacionamento interpessoal com os mesmos. Os familiares terão uma participação importante ao ajudar os professores e técnicos a identificarem os níveis de desenvolvimento das inteligências de seus filhos.

A Dimensão instrumental, visa melhorar a qualidade de vida para aprendizagem do aluno no que tange a adaptação de e da forma como alguns materiais deverão ser usados de modo a possibilitar e facilitar desde o manuseio a aprendizagem por meio destes materiais adaptados. É importante ressaltar que estas adaptações devem estar dispostas em todos ambientes da escola. Para Sasaki (2009, p.5):

Adaptação da forma como alguns alunos poderão usar o lápis, a caneta, a régua e todos os demais instrumentos de escrita, normalmente utilizados em sala de aula, na biblioteca, na secretaria administrativa, no serviço de reprografia, na lanchonete etc., na quadra de esportes etc. As bibliotecas deverão possuir livros em braile, produzidos pelas editoras de todo o Brasil.

Foi questionado sobre qual a maior barreira encontrada para que fosse efetivada de fato a inclusão de pessoas com deficiência na escola, foi onde pode-se perceber o maior conflito entre tais profissionais: A professora AEE e a Gestão acreditam que a maior barreira é a difícil comunicação e aceitação de professores, alguns já a muito tempo na profissão, e que não compreendem ou aceitam novas práticas. Além do excesso de demanda de alunos para poucos profissionais de AEE para dar suporte aos professores, envio de documentos e relatórios, formações sugeridas pela rede municipal, que precisam fazer constantemente, além dos atendimentos que realizam no contra turno.

Já a Professora da sala de aula regular afirma que sente falta de maior apoio das Professoras de AEE, que as vezes encontra em sala de aula alunos com mais de um tipo de deficiência, seja física ou cognitiva, além dos alunos típicos. Afirma também que existe muita cobrança em relação ao uso de materiais pedagógicos, e recursos como Agenda visual, programas e jogos, por exemplo, os quais a escola possui, além de outros recursos, mas que não há formações para que os professores saibam como utilizados com a diversidade exigida para todos os tipos de pessoas com deficiência existentes na escola, e também como lidar com determinadas situações.

O estagiário afirmou não ter recebido nenhum tipo de informação que auxilie no acompanhamento do aluno, sendo sempre um momento de desespero por não saber coisas básicas como se o aluno vai ao banheiro sozinho se utiliza fraldas, se tem algum desvio comportamental, se precisa de algum estímulo específico, se faz as atividades, se tem alguma

especificidade pela falta de comunicação e orientação, além da falta de formações contínuas. Ressalta também grande dificuldade em relação as atividades, que muitas vezes são passadas pelo professor, ficando com o “apoio” a responsabilidade de “ensinar” e auxiliar o aluno com deficiência, sendo este um trabalho que deveria ser realizado pelo professor.

Ao que diz respeito a dimensão programática, Sasaki (2009, p.5) descreve:

Revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da escola, a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar. Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca.

Dentre esses, ressalta-se a importância de uma Projeto Político-Pedagógico (PPP) inclusivo, pensado e construído por todos os membros da escola.

Por fim, a dimensão atitudinal, uma das mais importantes, pois, é a partir dela que quebramos uma das maiores barreiras da inclusão: o preconceito. Para que tal possibilidade se efetive, Sasaki (2009, p.6) propõe:

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

É importante salientar que a barreira atitudinal dentro da escola se dá de diversas formas, pois o preconceito está em pequenas atitudes que se toma, ou deixa-se de tomar. Está na forma com que se sente e como se faz o outro se sentir. A escola é uma partícula de uma sociedade que ainda estereotipa e marginaliza pessoas com deficiência, pois, apesar da existência das leis e convenções, a construção de um contexto histórico cheio de olhares preconceituosos, ainda não se extinguiu totalmente.

São muitas as barreiras atitudinais, e a melhor forma de detê-las, é as identificando e corrigindo. Outro ponto importante é a compreensão sobre o ser humano singular, onde todos são seres únicos, com suas particularidades, mas que devem ter direitos e oportunidades iguais, estando livres de barreiras e preconceitos.

Durante a observação da sala de aula, da professora e estagiário, onde a sala de aula conta com dois alunos no espectro autista, constatou-se que a professora apesar de ter recursos como agenda visual e materiais tecnológicos disponíveis, não fazia uso do mesmo; e que um dos alunos passa a aula toda caminhando pela sala de aula acompanhado pelo apoio, e quando questionada sobre realizar atividades com o aluno, a professora afirmou que o aluno em específico não conseguia realizar nenhuma atividade, e que passava de fato a aula toda andando pela sala, as vezes se deitava ou sentava, mas logo voltava a caminhar, pois não

conseguiu aprender nada. Ao que tange o outro aluno, percebeu-se que somente após ser dado o conteúdo para os demais alunos é que o mesmo recebia sua atividade, o qual não contemplava o mesmo assunto programático abordado dos os demais alunos. Trata-se visivelmente de uma barreira atitudinal, intitulada por “baixa expectativa”, que consiste em, segundo Lima e Silva (2007, p.7):

acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular. Muitos professores passam toda a vida propondo exercícios de cópia, repetição. Isso não ajuda o aluno a descobrir suas inteligências, competências e habilidades múltiplas.

Nesse caso observa-se que não há a inclusão desses alunos e sim integração, pois, não é dado ao aluno com deficiência condições que oportunizem a possibilidade do pleno desenvolvimento de seu potencial, estes não acompanham os conhecimentos curriculares estudados em sala de aula pelos demais alunos. Conforme dito por Glat, Pletsch e Fontes (2007, p.344):

Cabe enfatizar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

Pode-se perceber ainda uma série de barreiras a serem quebradas, entre elas estão: a dimensão comunicacional, visto que não há nenhum tipo de atividade que possibilite aos alunos no espectro autista inseridos na sala de aula o acesso ao assunto programático trabalhado com os demais alunos; a dimensão metodológica, pois, não há a aplicação de atividades que reforcem e desenvolvam as inteligências múltiplas desses alunos; a dimensão instrumental, pois, apesar de existir na escola recursos pedagógicos e tecnológicos que facilitem a comunicação e aprendizagem desses alunos, nesta sala de aula observada especificamente, não eram utilizados; e a dimensão atitudinal, a mais importante barreira a ser rompida nessa situação, visto que é nela que encontramos as maiores falhas cometidas, e sua remoção logo que percebida, reduziria, ou até mesmo extinguiria situações como esta observada em sala de aula.

Ainda durante a observação, foi visto que em momentos de convivência como a hora do lanche, os alunos com deficiência ficam na maioria das vezes isolados, acompanhados apenas pelo estagiário. Mesmo estando no mesmo ambiente, se sentam afastados dos demais, assim como em sala de aula, e que não há nenhum tipo de estímulo para que os demais alunos venham a interagir com os alunos com deficiência e incluí-los nesses momentos, ou raros momentos em que poderiam interagir. Percebeu-se também atitudes de percepção de menos-

valia, está definida por Lima e Silva (2007, p.6) como: “avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte”, ou quando o aluno com deficiência consegue superar algum obstáculo percebeu-se uma grande prática da barreira atitudinal denominada de “adoração do herói” que estes autores definem como:

considerar um aluno como sendo “especial”, “excepcional” ou “extraordinário”, simplesmente por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer; elogiar, exageradamente a pessoa com deficiência pela mínima ação realizada na escola, como se inusitada fosse sua capacidade de viver e interagir com o grupo e o ambiente.

Analisando as entrevistas e a observação realizada na sala de aula e demais ambientes da escola, fica claro que apesar de tentar realizar a inclusão, a escola reconhecida como a mais inclusiva do Recife, tem ainda algumas barreiras a serem vencidas para que essa inclusão ocorra de fato.

Notou-se que o discurso aplicado nas entrevistas é de que apesar das dificuldades, os profissionais acreditam que estão fazendo a inclusão acontecer. Apenas a gestão e Professora AEE acreditam que ainda a escola ainda não é totalmente inclusiva, consciência que se obtém certamente por obterem um maior conhecimento sobre a temática, visto que recebem formações constantes da rede municipal. Toda via, ao que diz respeito ao estagiário, e a professora da sala de aula regular, esse discurso não condiz com as práticas aplicadas, e as queixas quanto as dificuldades e barreiras enfrentadas, revelam essa fragilidade ainda no discurso.

Apesar de estarem com a dimensão arquitetonicamente preparada, é preciso unificar as demais dimensões e efetivar um trabalho de rompimento de barreiras, principalmente a barreira atitudinal, por meio de conscientização de todos que fazem parte do meio escolar, incluindo os alunos típicos e com deficiência e suas famílias, para que a partir de então possa-se reconhecer os erros que estão sendo cometidos e somente então acabar ou diminuir o processo de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva hoje se constitui em um movimento político, social e educacional, que tem como meta a garantia de direitos e a participação ativa na sociedade não só das pessoas com deficiência, mas também de setores sociais excluídos historicamente. Esta é fundamental para a participação e cidadania de todos, por isso vem recebendo atenção nas práticas e processos educativos. Porém para que a Educação seja de fato Inclusiva, faz-se necessário uma reorganização da estrutura e da cultura escolar.

Diante de tudo que foi vivenciado na escola, pode-se perceber que existe uma tentativa da mesma em torna-se de fato inclusiva, mas que ainda existem algumas barreiras que precisam ser superadas, para que de fato isso aconteça. A falta de capacitação/ formação para todos os profissionais e também estagiários, o excesso de trabalho para o professor da sala regular, com turmas lotadas, a grande quantidade de crianças com NEE, para poucos professores especializados, o fato de alguns alunos com deficiência não acompanharem os conteúdos curriculares e demais atividades da escola, e também a falta de práticas pedagógicas que quebrem as barreiras atitudinais entre os alunos com deficiência, e os demais, a falta de diálogo com suas famílias sobre os processos educativos, são alguns dos fatores que ainda impossibilitam que a Inclusão total desses alunos aconteça. No discurso, tanto da gestora, quanto da Prefeitura do Recife esta é a escola referência em Inclusão, mas na prática ainda há muito o que se fazer, para que esta seja uma Escola Inclusiva. Todos os profissionais que trabalham na escola participam do processo educativo, todos precisam ter uma formação, e continua, para que todos se atualizem sempre. Tornar outras escolas também inclusivas, e viabilizar os recursos, capacitação e profissionais de AEE que existem na escola pesquisada, também é uma alternativa para a Secretaria Municipal de Educação, isso diminuiria a demanda e a grande procura por vagas na escola, o que não a deixaria tão sobrecarregada.

Tentou-se aqui elencar algumas sugestões para que a escola desenvolva práticas que a tornem uma escola, de fato inclusiva, alcançando assim as metas propostas:

- Promover formação continuada aos professores generalistas e à especialista, com também aos estagiários.
- Promover capacitação regularmente para os demais funcionários da escola.
- Trabalho de fato integrado e colaborativo entre os professores das salas regulares, os da sala de AEE, apoio pedagógico e estagiários.
- Utilização de métodos e estratégias de abordagens adequadas as necessidades dos alunos, com múltiplos meios de envolvimento, de representação, e de ação e expressão, no ensino e na aprendizagem. Maior atenção a educação inclusiva no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.
- Promover palestras e ações educativas com todos os alunos, familiares e comunidade escolar pelo menos uma vez por bimestre, para de forma educativa, e por meio de diálogo, romper com as barreiras atitudinais existentes.
- Solicitar a Secretaria Municipal de Educação, profissionais de outras áreas, no sentido de formar uma equipe multidisciplinar, com Terapeutas Ocupacionais,

Psicopedagogos para melhor atendimento e desenvolvimento das crianças atendidas. Enquanto não houver a possibilidade, fazer encaminhamento para os setores de saúde, onde poderiam ser realizados tais atendimentos.

- Atendimento e reuniões permanentes com os familiares das crianças com deficiência, para informá-los sobre o desenvolvimento de suas crianças, bem como orientar como os mesmos podem contribuir para a formação dos mesmos.
- Maior atenção e apoio das professoras da sala de AEE para com as crianças e aos estagiários que as acompanham em sala de aula, e nos demais espaços da escola.

Ressalta-se que “uma vez que se pretende garantir a todos o acesso à educação de qualidade e assegurar a plena participação e integração na sociedade considera-se que, a escola em geral e a sala de aula em particular constituem ambientes prioritários para o desenvolvimento de uma Educação inclusiva” (UNESCO, 2001 *apud* NUNES e MADEIRA, 2015, p. 128).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em: 22.jun.2018.

_____, LEI N°. 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 dez, 2000.

GLANT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. **Educação inclusiva & educação especial**: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Revista do Centro de Educação, v. 32, núm. 2, 2007, p. 343-355.

LIMA, F. J.; SILVA, F. T. S. **Barreiras atitudinais**: obstáculos à pessoa com deficiência na escola, 2007.

NUNES, C., MADUREIRA, I., **Desenho Universal para a Aprendizagem**: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas. P. 126 - 143. 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.